O consumo e suas relações interdisciplinares com a problemática ambiental

Helena Hinke Dobrochinski Cândido¹

RESUMO

O mundo passa por intensas mudanças, que podem conduzir tanto ao desenvolvimento sustentável como ao caos irreparável. O planeta Terra não dispõe de recursos suficientes para manter o desenvolvimento da sociedade mundial dentro dos parâmetros atuais, ilusoriamente sustentado por constantes inovações tecnológicas e a conquista de novos mercados consumidores. O caminho para evitar o colapso é inverter certas noções evolutivas do processo de desenvolvimento na consciência humana. O consumo é apenas uma parte desta complexa equação causadora de problemas à humanidade e ecossistemas, a qual também inclui modos de produção, sistemas econômicos, sistemas políticos e relações entre culturas e sociedades. Uma vez que esta mudança de paradigma se apresenta extremamente necessária, o presente estudo realiza uma análise da problemática ambiental frente ao desenvolvimento da sociedade, com suas facetas interdisciplinares, e as relações do consumo moderno referentes a este tema. Os problemas causados pelo consumo são tratados mediante a aplicação dos conceitos de sustentabilidade e ecodesenvolvimento. O meio ambiente e o consumo são considerados temas sistêmicos e complexos, principalmente porque suas interações implicam impactos tanto na esfera ambiental, como econômica, social, política, cultural, entre outras. Neste sentido, o estudo interdisciplinar destas temáticas é imprescindível. O ato de consumir em excesso e sem levar em conta a limitação dos recursos naturais do planeta vem produzindo danos ambientais sem precedentes. Desde a segunda metade do século XX, a humanidade consumiu mais recursos naturais do que em toda história humana anterior. O objetivo desta pesquisa descritiva de caráter bibliográfico é tratar a questão do consumo ligada à problemática ambiental sob uma ótica interdisciplinar, a fim de buscar soluções para o consumo desenfreado predominante em nossa sociedade. Como os padrões atuais de consumo estão enraizados no comportamento humano há muito tempo e se traduzem na cultura social vigente, é fundamental o uso de uma abordagem de mudança comportamental nos hábitos de consumo. Esta mudança é possível através da eliminação do desperdício, do uso de energias limpas e renováveis, do desenvolvimento de tecnologias alternativas e da adoção de práticas como a reciclagem, o re-uso e a redução do consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo, meio ambiente, interdisciplinaridade, desenvolvimento sustentável.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional na Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

ABSTRACT

Our world faces intense changes, which can conduct either to sustainable development or to unfixable chaos. Earth does not have enough resources to keep the parameters of the current global development pattern that is sustained by constant technology innovations and the conquest of new consumer markets. A way to avoid the collapse is the inversion of some evolutionary concepts of the development process of the human conscience. Consumption is only one part of this complex equation that causes problems to both humankind and ecosystems, which also includes production patterns, economic systems, political systems and relationships between different cultures. Being that this paradigm change is extremely needed, the objective of this descriptive bibliographic research is to analyze the consumption impacts on environmental issues under an interdisciplinary view, in order to seek solutions for the predominant consumerism. Environmental issues caused by consumption are analyzed with regard to concepts of sustainability and ecodevelopment. Both environment and consumption are considered systemic and complex subjects, especially because their interactions imply impacts in spheres such as environmental, economical, social, political, cultural etc. In this sense, these subjects should be studied under an interdisciplinary perspective. The excessive consumption, which disregards the limits of planetary natural resources, gives rise to unprecedented environmental damages. Since the second half of the 20th century, men have consumed much more natural resources than in all prior mankind history. Being that the current consumption patterns are part of human behavior for a long time and represent the contemporary worldwide culture, it is fundamental to use an approach aimed to change the consumption behavior. This change is possible through the elimination of wasteful attitudes, the use of clean and renewable sources of energy, the development of alternative technologies, and the adoption of habits such as recycling, re-using, and consumption reduction.

KEYWORDS: Consumption, environment, interdisciplinarity, sustainable development.

INTRODUÇÃO

O mundo passa por intensas mudanças, que podem conduzir tanto ao desenvolvimento sustentável como ao caos. O planeta Terra não dispõe de recursos suficientes para manter o desenvolvimento da sociedade mundial dentro dos parâmetros atuais. O caminho para fugir do colapso é inverter certas noções evolutivas do processo de desenvolvimento na consciência humana: de extensivo e horizontal (associado à conquista, colonização e consumo), o desenvolvimento deve tornar-se intensivo e vertical (baseado em conexão, comunicação e compreensão).

O consumo é apenas uma parte desta equação complexa, causadora de problemas à humanidade, que inclui produção, sistemas econômicos, sistemas políticos e relações entre culturas e sociedades.

Sendo esta mudança de paradigmas extremamente necessária, apresenta-se a seguir uma pesquisa descritiva de caráter bibliográfico, analisando a problemática ambiental frente ao desenvolvimento da sociedade, com suas facetas interdisciplinares, e as relações do consumo moderno referentes a este tema.

O texto inicia-se com um breve histórico da temática ambiental. A seguir, trata-se da sustentabilidade inserida em uma perspectiva de ecodesenvolvimento. A questão ambiental é, então, apresentada como estudo interdisciplinar. Parte-se para a análise do consumo na história do homem e depois se relaciona consumo, meio ambiente e interdisciplinaridade. A solução entre consumo e ecodesenvolvimento é questionada em seguida, e por fim, são identificadas as considerações finais.

1 Um breve histórico da temática ambiental

A explosão urbana ocorrida no século XX causou conseqüências tanto sociais quanto ambientais à população (SACHS, 1993). O período pós Guerra Fria testemunhou um desenvolvimento sem precedentes do poder tecnológico, do volume de bens, dos serviços produzidos, das trocas comerciais, do estilo de consumo e do modo de viver. No entanto, este desenvolvimento não gerou um bem-estar generalizado para a humanidade, e ainda provocou a degradação do meio ambiente. Além disso, a exclusão passou a liderar as relações sociais, superando a exploração social. Sachs (1995) considera que este é o cerne do maldesenvolvimento. O desenvolvimento, que não é entendido somente como sinônimo de crescimento, deve abordar as seguintes problemáticas: luta contra a pobreza; integração social e criação de empregos produtivos; políticas pró-ativas em vez do assistencialismo; eliminação de desperdícios; fim da destruição do meio ambiente, tudo a fim de promover o crescimento econômico, levando-se em conta os custos sócio-ambientais a ele associados.

O estudo do meio ambiente ligado ao espaço e à economia inicia-se na década de 1970, no contexto do Simpósio das Nações Unidas sobre População, Recursos e Ambiente, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizado em Estocolmo em 1972. A contextualização da problemática ambiental exige que se considerem os impactos ambientais propriamente ditos, bem como as ameaças à sobrevivência da espécie humana a longo prazo. A própria ecologia evoluiu a partir do século XX do estudo das inter-relações entre espécies

vegetais e animais para o estudo de ecossistemas virgens ou com escassa intervenção humana, para atingir o estágio atual, onde os seres humanos deixam de ser elementos externos aos ecossistemas (VIEIRA, 2006).

O fato de não se levar em conta os custos sócio-ambientais inerentes ao processo de crescimento econômico tem agravado a situação. Vários autores propõem uma diretriz preventiva como meio de balizar a problemática ambiental, denominada ecodesenvolvimento. Este enfoque prevê uma gestão mais racional dos ecossistemas locais, tanto rurais quanto urbanos, aliada à valorização do *know-how* e da criatividade das populações envolvidas no processo, e está orientado pela busca da autonomia e pela satisfação prioritária de necessidades básicas destas populações. O conceito designa também um planejamento de estratégias plurais de harmonização entre atividades sócio-econômicas e o trabalho da gestão racional do meio ambiente. Vieira e Hogan (1995) propõem os seguintes postulados do ecodesenvolvimento: prioridade ao alcance das finalidades sociais, valorização da autonomia, busca de uma relação de simbiose com a natureza e eficácia econômica.

Na década de 1990, de acordo com Dias e Santos (2003), busca-se um novo conceito de meio ambiente, desnaturalizando-o, considerando-o como campo de práticas humanas, de diferentes representações e conflitos sociais. Em 1999 há o declínio do conceito de meio ambiente e o aparecimento do desenvolvimento urbano sustentável. Em 2001 o conceito de meio ambiente reaparece articulado com as noções de território e territorialidade. Enquanto o termo meio ambiente busca sua constituição no campo da política pela categoria poder (organização do território), desenvolvimento sustentável busca seu atributo na temporalidade – o tempo do presente para o futuro acrescido de um sentido ético. O meio ambiente se refere à urgência de um fazer imediato, enquanto o desenvolvimento sustentável está associado ao tempo do pensar, à elaboração de conceitos que possam interpretar a ordem do mundo, sendo também uma tarefa urgente, mas sobretudo política.

No final do século XX, busca-se a participação de empresas – públicas e privadas – e dos cidadãos em programas de sustentabilidade ambiental. São criadas normas de gestão ambiental, como a ISO-14000, a educação ambiental é difundida em escolas e na mídia, são criados selos “verdes” a fim de garantir a procedência ecologicamente correta dos produtos, e é incentivada a prática do consumo consciente.

Diversos eventos internacionais têm sido organizados recentemente sobre os problemas ambientais, com o propósito de divulgar práticas de consumo sustentável. Estes eventos se caracterizam por uma mudança no enfoque dado à poluição ambiental. Antes, as atenções se concentravam somente na produção. Agora o problema da poluição também está centrado nos impactos causados pelo consumidor. Desta forma, não se debate mais apenas sobre os direitos do consumidor, mas também sobre seus deveres perante a sociedade e o meio ambiente.

2 A sustentabilidade inserida em uma perspectiva de ecodesenvolvimento

Sachs (1995) afirma que o desenvolvimento é um conceito pluridimensional. Além das medidas referentes ao emprego, que segundo este autor é a variável-chave do desenvolvimento, é urgente fornecer à população educação para a cidadania, a fim de que se possa desenvolver e implementar o conceito de sustentabilidade. Deve-se providenciar a participação de iniciativas vindas da base, que conhece as reais necessidades da população, em parceria com as estratégias elaboradas pelo alto escalão. A ciência e a tecnologia podem ser combinadas a serviço do desenvolvimento social, seja através da criação de empregos como da preservação de recursos naturais. Vieira e Hogan (1995) mencionam a necessidade de integração de diversas áreas da ciência, focalizando a problemática inter-relação sociedade-meio ambiente.

Bassols (1976), citado por Leff (1976), comenta que os processos da natureza são ligados ao processo de desenvolvimento social da humanidade. Tanto a natureza quanto os problemas de caráter social têm suas problemáticas e considerações próprias. A fim de se aprimorar a relação do homem com o meio ambiente deve-se considerar o conceito filosófico e teórico do que se está tratando; levar em conta a relação homem-natureza de maneira integrada; buscar técnicas de utilização de recursos que tragam benefícios para uma população crescente; e promover a educação social.

Sustentabilidade é “o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo, tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas” (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN, 1991 apud SACHS, 1993). É “um relacionamento

entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas em que d) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.” (CONSTANZA, 1991, p. 85).

Existem seis grandes níveis de ação que necessitam interferência imediata para promover a sustentabilidade:

- a) a estrutura de consumo, dependente da distribuição de renda e dos valores reconhecidos pela sociedade;
- b) o regime sócio-político e a maneira como ele se responsabiliza pelos custos sociais;
- c) as técnicas empregadas e sua internalização à dimensão ambiental;
- d) as modalidades de utilização dos recursos naturais e da energia, em termos de desperdícios, e de diminuição da utilização de recursos raros e não-renováveis;
- e) as formas de ocupação do solo;
- f) o tamanho, o ritmo de crescimento e a distribuição da população, considerando a pressão desta sobre os recursos naturais, como, por exemplo, o consumo *per capita* desta população (SACHS, 1986).

O conceito de ecodesenvolvimento surge diante destas considerações gerais, sobre o desenvolvimento econômico e social contínuo, frente a uma gestão racional do meio ambiente. O ecodesenvolvimento valoriza os recursos específicos de cada região para satisfazer as necessidades fundamentais da população quanto à alimentação, habitação, saúde e educação; além de contribuir para a realização humana, através da geração de emprego, garantia de segurança e qualidade nas relações humanas e respeito às diversidades culturais. A exploração e utilização dos recursos naturais, dentro de uma perspectiva ecodesenvolvimentista, baseiam-se na solidariedade perante a comunidade como um todo e as gerações futuras, evitando-se desperdícios e aperfeiçoando-se o uso de ecotécnicas. Swaminathan (1991), em Sachs (1993), propôs o estabelecimento de “bioaldeias” demonstrativas, em que se utilizariam biopesticidas, biofertilizantes, bioenergia, aquacultura moderna e biorrefinarias para o processamento primário de biomassa para uso industrial.

Sachs (1993) menciona que para planejar o ecodesenvolvimento, deve-se considerar a sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Estas dimensões traduzem-se nas seguintes características:

a) Sustentabilidade Social: visa garantir uma melhor distribuição de renda, a fim de diminuir desigualdades relacionadas aos padrões de vida da população. Procura tornar as pessoas mais conscientes dos seus direitos ao valorizar o “ser” em detrimento do “ter”.

b) Sustentabilidade Econômica: viabilizada pela gestão e alocação mais eficiente dos recursos. A eficiência está relacionada mais a fatores macrossociais do que à lucratividade empresarial.

c) Sustentabilidade Ecológica: possível através da intensificação do uso dos recursos de vários ecossistemas – sem causar danos ao meio ambiente e à vida – para propósitos socialmente válidos; limitação do uso de combustíveis fósseis e outros recursos não-renováveis ou prejudiciais ao meio ambiente, substituindo-os por recursos renováveis, abundantes ou não-prejudiciais ao meio ambiente; redução do volume de resíduos e da poluição, associando a conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição de regras claras referentes à proteção ambiental.

d) Sustentabilidade Espacial: objetiva ao maior equilíbrio na configuração rural-urbana e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, enfatizando os seguintes pontos críticos: concentração excessiva nas áreas metropolitanas; destruição de ecossistemas frágeis por processos de colonização descontrolados; promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento; industrialização descentralizada; estabelecimento de uma rede de reservas naturais para proteger a biodiversidade.

e) Sustentabilidade Cultural: busca a continuidade cultural nos processos de mudança e a adoção da prática do ecodesenvolvimento aliada às especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Resumindo, “o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (...) O sucesso

pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza” (SACHS, 1986, p. 18).

3 A questão ambiental como estudo interdisciplinar

Um ecossistema é a interação, em determinada escala espaço-temporal, entre componentes físicos e inanimados e os componentes vivos (DAJOZ, 1983, citado por SCHULTZ, MORAES & BACH, 2002). Segundo Schultz, Moraes e Bach (2002), o planejamento territorial de um ecossistema requer uma análise da problemática ambiental, pressupondo uma proposta que trate da sustentabilidade, da interdisciplinaridade e da participação das comunidades.

A problemática ambiental enfrenta limitações nos estudos realizados para diagnosticar a raiz dos problemas, sendo eles de caráter setorial, circunscritos ao domínio de uma disciplina, limitações dos marcos conceituais dentro dos quais se movem as disciplinas (GARCÍA, 1994). O estudo da problemática ambiental, portanto, refere-se ao estudo de um sistema complexo, onde há heterogeneidade e dependência mútua de funções. Segundo García (1994), sistema complexo é a “confluência de múltiplos processos cujas inter-relações constituem a estrutura de um sistema que funciona como uma totalidade organizada”. Esta compreensão prevê um caráter interdisciplinar, um novo modo de produção do saber, que por sua vez requer um sistema complexo.

A realidade, entretanto, mostra que fenômenos complexos devem ser analisados de maneira multiescalar, por apresentarem uma lógica de descontinuidade. As redes demandam um pensamento multiescalar porque cada “nó” de uma rede pode ser um espaço contínuo, ao passo que a rede possui uma área de abrangência descontinuada e em disputa com outras redes, outras temáticas, outras disciplinas, etc (SOUZA, 2003). O estudo de um sistema complexo, ou em rede, necessita de um objeto de estudo, que é diferente da justaposição de situações ou fenômenos que pertencem ao domínio de uma única disciplina, um marco conceitual (identificação, delimitação, seleção e organização dos dados que se pretendem estudar) e estudos interdisciplinares.

Segundo Souza (2003), a interdisciplinaridade pressupõe uma cooperação intensa e coordenada sobre uma problemática comum. “A interdisciplinaridade é proclamada não só como um método e uma prática para a produção do

conhecimento, mas também como instrumento de integração operativa na resolução dos cada vez mais complexos problemas de desenvolvimento...” (LEFF, 1994, citado por SCHULTZ, MORAES & BACH, 2002). Souza (2003) e Warman (1976), citado por Leff (1976), oferecem definições consistentes de outras terminologias comumente associadas à interdisciplinaridade, sendo necessário verificar que existem grandes diferenciações entre as diversas nomenclaturas:

Pluridisciplinaridade constitui-se da “justaposição de conhecimentos disciplinares diversos, agrupados de modo a evidenciar as relações entre eles; cooperação sem coordenação” (SOUZA, 2003, p. 100).

Multidisciplinaridade é uma reunião de “conhecimentos disciplinares diversos veiculados sem que haja uma cooperação entre os especialistas” (SOUZA, 2003, p. 100).

Um estudo é “multidisciplinar quando muitas disciplinas coincidem em um tema ou em um problema; interdisciplinar quando várias disciplinas compartilham uma teoria, não somente um tema de trabalho” (WARMAN, 1976, citado por LEFF, 1976, p. 216).

Leff (1976) trata do tema da interdisciplinaridade no ecodesenvolvimento, a fim de criar novas formas de organização social, que considerem a produtividade dos ecossistemas e as leis da natureza para buscar formas mais harmônicas de desenvolvimento cultural em longo prazo. A integração de idéias é um processo complicado, pois os cientistas tendem a se fechar nas suas especialidades.

Warman (1976), citado por Leff (1976), afirma que o mundo em geral carece de experiências interdisciplinares porque faltam instrumentos de comunicação, instrumentos físicos e conhecimento. Também porque as disciplinas científicas estão conformadas com sua dependência do capitalismo industrial, onde a cada uma cabe maximizar seus recursos em detrimento dos recursos de disciplinas alheias. As ciências e as estruturas sociais estão mal adequadas ao mundo em que vivemos. Torna-se necessário reorganizar o sistema educacional. O planejamento do ecodesenvolvimento não deve ser realizado somente por grupos interdisciplinares, mas por programas participativos em conjunto com a população.

Para muitos pensadores contemporâneos, a crise global na qual estamos imersos constitui, em suas raízes mais profundas, uma crise de consciência. O desconhecimento dos fatores críticos que condicionam não só as atuais tendências destrutivas, mas também os espaços de manobra para intervenções coordenadas e de longo fôlego tornou-se o pior adversário dos adeptos de uma política de desenvolvimento de corte simultaneamente preventivo e proativo. O fomento à integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico e a construção de um vasto sistema de educação para o ecodesenvolvimento destacam-se, portanto, como um requisito suplementar de inegável importância estratégica. (VIEIRA, 2006, p. 291-292)

4 O consumo na história do homem

O consumo é um comportamento inato não somente do ser humano, mas de todos os seres vivos que transformam matéria em energia para sobreviver. No meio ambiente estabelece-se uma relação da produção de matéria pelas plantas, que são capazes de sintetizar compostos orgânicos a partir energia solar, e do consumo pelos animais. A própria ecologia estuda tais fluxos de energia e matéria.

Até a década de 1970 acreditava-se que tanto o consumo, como o poder, a dominação, o ciúme sexual, entre outros, derivavam de questões culturais na humanidade. Atualmente sabe-se que estes comportamentos são naturais tanto no homem como em outros grandes primatas.

Dentro deste contexto ecológico, o homem é visto como um ser instintivo, animal, egoísta, um ser da natureza e da sociedade, ambos subsistemas de um sistema mais complexo, o meio ambiente. Através da sua autoconsciência, o homem diferencia-se dos outros animais, o que torna seus comportamentos mais peculiares. O consumo contemporâneo constitui uma revolução fundamental na ecologia da espécie humana (BAUDRILLARD, 1988, citado por MILES, 1998).

O consumo humano passou por grandes alterações no decorrer do tempo, deixando de associar-se somente às necessidades básicas, como alimentação, habitação, proteção, para se concretizar num mercado infinito de produtos para todos os gostos, preferências e utilidades.

O consumo moderno, do modo como se apresenta hoje, é um artefato histórico. Suas características atuais são o resultado de vários séculos de profunda mudança social, econômica e cultural no Ocidente. A revolução do consumo modificou os conceitos ocidentais de tempo, espaço, sociedade, indivíduo, família e estado. Desde seus primórdios, o consumismo foi tratado como epidemia, ato de loucura, orgia do gasto e como a criação de um “mundo de sonho”.

O primeiro *boom* do consumo no cenário internacional ocorreu nos últimos 25 anos do século XVI, quando os nobres da Inglaterra começaram a gastar com um novo entusiasmo e em uma nova escala. Elizabeth I usou o consumo como um instrumento de governo no século XVI. O simbolismo exagerado da corte monárquica, da hospitalidade e do vestuário, converteu-se na oportunidade para a

persuasão e a instrução políticas. Deste modo, Elizabeth convencia a nobreza a gastar sua riqueza, a fim de empobrecê-los e acumular mais poder. Outro fator responsável pelo *boom* do consumo no século XVI foi a competição social que se desenvolveu entre a nobreza elizabetana. Os nobres eram dependentes não somente da realeza, mas também uns dos outros.

O século XVIII assistiu à explosão do consumo, através não só da procura, mas também da oferta de uma maior variedade de bens. Os bens começaram a encarnar um novo tipo de significado de *status*, que lhes rendeu implicações bastante diversas para a organização da sociedade. A conexão entre consumo e individualismo é uma das grandes fusões culturais do mundo moderno. O tempo e o espaço foram reconfigurados para acomodar o consumo, fazendo dele um elemento central da atividade social e do interesse pessoal.

Não houve *boom* de consumo do século XIX. Ele já estava instalado na sociedade, já havia criado sua própria dinâmica, que jamais se esgotaria. O “mundo dos bens” se constitui firmemente como co-extensivo ao mundo da vida social. O consumo é um novo e específico modo de socialização relacionado com o surgimento de novas forças produtivas e a reestruturação monopolista de um sistema econômico de altíssimo resultado (BAUDRILLARD, 1988, citado por MILES, 1998).

Além da associação do consumo com o *status* social e com o estilo de vida de um indivíduo, o consumo também é associado com poder. Os indivíduos mensuram poder através da acumulação de bens materiais e incitam esta acumulação de maneira relativa, comparando-se uns com os outros, pois até então não se desenvolveu um padrão absoluto de riqueza ou poder. No entanto o poder dos produtores dos bens de consumo é ainda maior do que o poder dos consumidores.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, cujas lesões resultantes da guerra foram quase inexistentes quando comparadas à Europa, aproveitaram o momento para fomentar sua produção de bens de consumo e exportar seus produtos para o mercado europeu. Seu crescimento econômico foi espantoso neste período, sofrendo pressões somente a partir da década de 1970, quando estourou a crise do petróleo. Para contornar a crise que se estabelecia, o governo americano adotou políticas keynesianas para motivar o consumo interno e fortalecer a economia do país. O resultado da aplicação destas políticas foi um *boom* de consumo, mais conhecido atualmente por consumismo, pois o consumo perdeu

suas raízes ligadas à satisfação de necessidades básicas e passou a relacionar-se a desejos. A economia e o poder dos Estados Unidos cresceram de maneira a torná-lo uma potência hegemônica mundial. Este período da História constitui o surgimento do estilo de vida típico americano, ao qual denominou-se “*American Way of Life*”.

O crescimento do consumo foi acelerado com o acúmulo de capital, com os avanços tecnológicos e a melhoria nos processos de produção. Dois fenômenos demográficos ainda foram particularmente importantes para a sua expansão: o crescimento populacional e a rápida urbanização, ocorridos na segunda metade do século XX.

A produção de bens, dado o atual padrão de consumo, tem por objetivo criar produtos com alta taxa de obsolescência, que sejam rapidamente substituídos por outros produtos similares ou não, e criar novas necessidades. Ocorre também a expansão do consumo para regiões que ainda não participavam ativamente deste processo, graças à globalização, através da redução de custos e conseqüentemente dos preços dos bens, e da difusão do estilo de consumo americano como padrão mundial.

Neste início do século XXI, a ida ao *shopping center* tornou-se o principal lazer das pessoas. Famílias inteiras passeiam nos *shopping centers* nos finais de semana e vêm nas compras uma forma de relaxamento e diversão. Já em 1987, uma pesquisa mostrou que o passatempo predileto de 90% das adolescentes americanas era fazer compras (PENNA, 1999).

Os bens de consumo são pontes para o cultivo de esperanças e ideais, mesmo quando ainda não são possuídos pelos indivíduos, mas meramente cobiçados. Os ideais podem ser removidos para um infinito de possibilidades dentro do tempo e do espaço. Os bens são um meio de renovar as expectativas consumistas e de lidar com as discrepâncias entre o “real” e o “ideal”. Eles permitem que o indivíduo contemple a posse de uma condição emocional, uma circunstância social ou mesmo todo um estilo de vida. Seu lado negativo, no entanto, é que os bens contribuem para aumentar o apetite consumista, de modo que nunca se atinge o ponto onde se possa declarar “isso é suficiente”.

Os bens de consumo foram importantes nas origens e no desenvolvimento da sociedade ocidental e permanecem importantes para sua atual estrutura e operação. São importantes agentes de mudança e de continuidade.

5 O consumo, o meio ambiente e a interdisciplinaridade

Gandhi (1947), citado por Myers (1997), afirmou que “o planeta Terra tem uma quantidade suficiente de recursos para as necessidades de cada indivíduo, mas não para a ambição de cada um²”. Na época em que esta frase foi pronunciada, a população mundial representava 45% da população atual, e o consumo estava na faixa de 25-30% dos padrões do final do século XX.

Muitos cientistas afirmam que o consumo humano de recursos renováveis e não-renováveis excede os níveis sustentáveis. Desde a segunda metade do século XX, a humanidade consumiu mais recursos naturais do que em toda história humana anterior (Myers, 1997). Mark Sagoff (1997) afirma que o ser humano consome em excesso quando as relações de mercado se deslocam para os aspectos de comunidade, cultura e local, e quando o consumo se torna um fim em si mesmo.

O consumo que aqui se leva em conta não é somente o consumo de bens duráveis ou não duráveis, facilmente associados às necessidades dos indivíduos, mas todo e qualquer consumo existente no planeta. Exemplos de produtos consumidos que são imperceptíveis para a grande maioria da população: os combustíveis fósseis utilizados na caldeira de uma fábrica de escovas que são fundamentais à sua produção; os equipamentos de proteção visual e auditiva utilizados pelos funcionários de uma indústria automotiva; a energia elétrica dispendida para a iluminação pública etc.

O grande responsável pelos problemas ambientais mundiais, segundo representantes de países subdesenvolvidos na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, é o “super-consumo” nos países do Norte, e não a superpopulação dos países do Sul. Os 20% mais ricos do total da população mundial consomem 80% dos bens e serviços produzidos com os recursos naturais da Terra.

A economia mundial não pode crescer indefinidamente em um planeta que possui recursos finitos. Conforme a população aumenta e a economia se expande, os recursos naturais vão se escasseando; os preços irão aumentar e a humanidade – especialmente os pobres e as futuras gerações de todas as faixas de renda – irão sofrer as conseqüências.

² Texto original de Gandhi, 1947: “The Earth has enough for everyone’s need but not for everyone’s greed”.

O consumo atual gera desmatamento, com vistas a aumentar as áreas de cultivo de alimentos e também a comercializar madeira e outros recursos naturais. A poluição do ar, terra, água e inclusive do subsolo, através da emissão de poluentes, do aumento do lixo produzido pelo homem, de vazamentos originados pelo excesso de produção e falta de controle ecológico das empresas também são conseqüências do consumo. Outros impactos incluem destruição dos ecossistemas, alterações climáticas, aumento do efeito estufa, destruição da camada de ozônio, desertificação, catástrofes naturais (*tsunamis*, tornados, furacões etc), além da extinção de espécies animais e vegetais, resultantes do desequilíbrio ambiental.

São várias as previsões catastróficas oriundas da relação meio ambiente e consumo, especialmente considerando-se o consumo em sua forma atual: haverá escassez de terra em 2050 em várias partes do mundo; a escassez de água, que já é fato, será ainda pior, predominantemente na África e na Índia, havendo, inclusive, a possibilidade guerras pelo acesso à água; o aquecimento global, que também já ocorre, prevê o derretimento das calotas polares e a conseqüente elevação do nível dos oceanos, além da perda de várias espécies; entre outras situações igualmente terríveis.

Um marco histórico que relaciona consumo e meio ambiente foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro em 1992. Este evento permitiu a assinatura de importantes atos internacionais e a aprovação da chamada Agenda 21, que contém diretrizes gerais para adoção, pelas Nações Unidas e seus países membros, de políticas e procedimentos voltados para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

O capítulo 4 da Agenda 21 trata das mudanças de padrões de consumo necessárias para garantir a sustentabilidade no século XXI e é um dos mais importantes porque permeia todos os demais. Os temas abordados têm relação com água, energia, uso do solo, espaços urbanos, florestas, poluição, atmosfera, fauna, flora, além de tratar da mudança de comportamento das pessoas.

No início de março de 2008, o Vaticano incluiu a poluição ambiental na lista de pecados capitais, que merecem condenação segundo a Igreja Católica. Este e outros novos pecados capitais – manipulação genética, uso de drogas e desigualdade social – serão agregados aos antigos: gula, luxúria, avareza, ira, soberba, vaidade e preguiça. “Nos últimos meses, o Papa Bento XVI fez vários

apelos enfáticos pela proteção do meio ambiente, dizendo que questões como a mudança climática se tornaram muito importantes para toda a humanidade” (O Globo Online, 10/03/2008).

Além dos impactos ambientais e suas conseqüências para a sociedade, os atuais padrões de consumo causam: maior desigualdade social, uma vez que as pessoas vêm buscando satisfação em função do “ter” em detrimento do “ser”; deficiências no convívio familiar e social, produto do crescente individualismo na sociedade; problemas econômico-financeiros aos países, empresários e consumidores, que são vulneráveis às variações de tecnologia e, portanto, ao custo desta tecnologia; perda de identidade cultural, pois existe uma estandardização de padrões de consumo em escala global; trânsito e congestionamento nas grandes cidades; violência urbana etc. “O empobrecimento do meio ambiente agrava os problemas da miséria e, vice-versa, os problemas da miséria empobrecem mais ainda o meio ambiente” (RIBEMBOIM, 1997, p. 15).

Segundo Celso Furtado (1974), a adoção de padrões de consumo dos países centrais por parte da classe dominante das colônias no período caracterizado na história como Imperialismo, foi a causa fundamental do subdesenvolvimento nos países do chamado Terceiro Mundo. Este tipo de consumo resultou em dependência dos países periféricos aos países centrais, dependência esta que permanece até os nossos tempos.

É necessário compreender de maneira mais adequada como o consumo humano impacta destrutivamente o meio ambiente, quais seriam as intervenções necessárias para mitigar seus efeitos, que tipos de ações seriam consideradas desejáveis e como torná-las viáveis, quais as conseqüências possíveis em curto, médio e longo prazos e em que áreas situam-se estes impactos.

Por esta razão, não só o estudo do meio ambiente, mas também o estudo do consumo exigem a cooperação e a colaboração entre especialistas de diversas áreas de conhecimento através de trabalhos interdisciplinares. O sociólogo deve unir-se tanto ao antropólogo, como ao biólogo, ao economista e ao político, a fim de propor alterações na estrutura do consumo que garantam um desenvolvimento sustentável em nível local, nacional e global.

6 O Consumo e o Ecodesenvolvimento: existe solução?

A solução para o ecodesenvolvimento está baseada nas cinco dimensões da sustentabilidade propostas por Sachs (1993). Estas dimensões são interdisciplinares, apresentando aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais, merecendo um estudo sistêmico complexo.

Como o consumo é responsável por vários dos problemas ambientais que o mundo enfrenta atualmente, podemos propor um ecodesenvolvimento interdisciplinar relacionado à mudança nos padrões de consumo.

Os indivíduos, os grupos de pessoas e as sociedades industrializadas em geral deveriam ser capazes de modificar substancialmente as suas cestas de consumo e, mais ainda, os seus padrões de uso no tempo, da importância relativa dada às atividades profissionais no mercado de trabalho, à autoprodução individual ou coletiva de bens e serviços no setor doméstico e ao tempo disponível para atividades lúdicas e culturais no mais amplo sentido desses termos, incluindo a sociabilidade (SACHS, 1986, p.141).

A maioria das pessoas ainda consideram que a busca do conforto material e a acumulação de bens são objetivos de vida consistentes. As tradições e os hábitos de consumo estão há muito tempo arraigados na nossa sociedade, justamente porque o consumo sempre foi promovido por mais consumo. Todas as lutas por melhores padrões de vida explicam com mais clareza o apelo ao consumismo. Os indivíduos deveriam se questionar mais com relação a “quanto é o bastante”, para se poder planejar um desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural mais sustentável.

Há poderosos interesses econômicos e burocráticos em manter o *status quo* estrutural. A mudança na sociedade para modos de vida menos esbanjadores não acontece sem o apoio da vontade política. No entanto, o que se observa é que “muitos temas são introduzidos na agenda governamental apenas no momento em que se tornam socialmente percebidos por influência da mídia” (VIEIRA, 2006, p. 286). De acordo com Sachs (1986), as alterações nos padrões de consumo devem acontecer em três níveis de ação:

- mudanças de comportamento visando à eliminação de atitudes descuidadas e de desperdício no uso dos bens;
- remodelação do “aparelho de consumo”, através de melhorias no desenho e na atuação de carros e utensílios domésticos, estabelecendo-se, para esse efeito, medidas reguladoras;
- exploração de padrões de consumo equivalentes ou quase-equivalentes, que proporcionem aproximadamente os mesmos valores de uso e a

mesma satisfação, assemelhando-se no referente aos estilos de vida, mas diferindo em termos de uso de recursos e impactos ambientais (SACHS, 1986, p. 144).

No passado, os formuladores de políticas ambientais utilizavam somente métodos coercitivos e taxativos. Hoje se utiliza instrumentos legislativos, políticos, econômicos, informativos e de conscientização para o controle ambiental e o desenvolvimento sustentável. Segundo o economista canadense John Hartwick, criador da “regra de Hartwick”, o desenvolvimento sustentável é obtido quando se reinveste a renda gerada pela venda do patrimônio natural, preservando-se um estoque estratégico de natureza (RIBEMBOIM, 1997).

A escassez de recursos naturais – fauna, flora, florestas, recursos hídricos, ar puro – fez com que seu preço aumentasse, criando oportunidades de negócios – *ecobusiness* – e os setores produtivos passaram a incorporar a variável ambiental em seus processos produtivos. Várias instituições adotaram a série de normas ISO-14000, que contém procedimentos gerenciais e de fabricação ambientalmente saudáveis.

Um outro aspecto a ser analisado é relacionado com a ecoeficiência. O setor energético está se direcionando para uma maior utilização de alternativas limpas e renováveis (energias termossolar, fotovoltaica, eólica e de biomassa). O uso de materiais recicláveis, a eliminação de desperdícios, a possibilidade de modernização nos equipamentos através da utilização de tecnologias limpas são relevantes aos novos padrões ambientais internacionais. No entanto, os indivíduos não devem se valer somente das escolhas entre diferentes tecnologias dotadas de maior ou menor potencial poluidor, por exemplo, quando se avalia o impacto socioambiental de um projeto. Deve-se questionar a base do problema: os objetivos estratégicos e a própria razão da concepção do projeto para o qual as tecnologias estariam sendo direcionadas.

Tanto consumidores quanto produtores devem se familiarizar com os “3 Re’s” do novo vocabulário da sustentabilidade:

- 1) Re-usar: relacionado com a durabilidade e a qualidade do produto;
- 2) Reduzir: relacionado com a eliminação do desperdício e a mudança de hábitos de consumo;
- 3) Reciclar: relacionado com o reaproveitamento de materiais e resíduos.

7 Considerações Finais

A análise da produção científica sobre a problemática ambiental revela uma reflexão aquém das necessidades efetivas de enfoques interdisciplinares, tanto no plano teórico, como na intervenção social e política. Poucos trabalhos tematizam o paradigma sistêmico como recurso indispensável à integração da ecologia humana e à viabilização de uma política ambiental orientada por uma visão antecipativo-preventiva, e não simplesmente remedial.

É necessário o incentivo e o desenvolvimento de estudos de viabilidade de estratégias alternativas de desenvolvimento, das relações entre processos de percepção da problemática ambiental e processos de aprendizagem social que implicam modificações efetivas de comportamento e pesquisas integradas que possam subsidiar a criação de estratégias consistentes de ecodesenvolvimento.

Lebret (1986), citado por Sachs (1995), afirma que “o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens só poderá ser generalizado por meio da construção de uma civilização do ser, na partilha equilibrada do ter”. No entanto, a aplicação das práticas do ecodesenvolvimento não decorre somente do aumento da renda da população, evitando as desigualdades sociais. É preciso mudar os padrões de consumo antes disso. Ribemboim (1997) nos faz imaginar o que aconteceria com o meio ambiente se a renda *per capita* da China (1 bilhão e 300 milhões de habitantes), que é de 7.600 dólares, fosse igualada à da Suíça (7,4 milhões de habitantes), que é de aproximadamente 50.000 dólares, mantendo-se os padrões de consumo atuais.

Deve-se buscar o consumo sustentável, definido pela Mesa-Redonda Ministerial de Oslo, ocorrida em 1994, como “o uso de produtos e serviços que atendam às necessidades básicas dos indivíduos e proporcionem uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que minimizem a utilização de recursos naturais, substâncias tóxicas, e emissões de resíduos e poluentes durante todo o ciclo de vida desses produtos e serviços, de forma a não prejudicar as necessidades das futuras gerações” (RIBEMBOIM, 1997). É indispensável efetivar o comportamento do consumo consciente, que proporciona resultados positivos a todos os atores sócio-econômicos – consumidores, produtores, sociedade, Estado, meio ambiente. Este seria o resultado de uma filosofia do “ganha-ganha”, onde os benefícios se estendem a todos os envolvidos.

Esta mudança nos padrões de consumo deve seguir uma ótica utilitarista, ou seja, mudar o comportamento para maximizar o bem-estar do maior número de pessoas. Cada indivíduo deve comparar os resultados do seu consumo diário e optar por escolhas que beneficiem a maioria da população, além, é claro, de reduzir impactos ao meio ambiente. O consumo, segundo o utilitarismo, deveria preocupar-se com a maximização do bem – da felicidade, do prazer – e não com a distribuição do bem. Cada um deve fazer a sua parte, ainda que os valores vigentes sugiram que se esteja incorrendo em algum sacrifício neste momento, para que assim possam beneficiar-se as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. Disponível em <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>. Acesso em 05 de maio de 2008.

CONSTANZA, R. **Ecological Economics: the Science and Management of Sustainability**. New York: Columbia University Press, 1991.

DIAS, Leila C.; SANTOS, Gislene A. Região, Território e meio ambiente: uma história das definições e redefinições de escalas espaciais. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, V. 5, nº 2 – ANPUR, 2003.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GARCÍA, R. Interdisciplinaridad y Sistemas Complejos. In: Leff, E. (org.) **Ciencias Sociales y Formulación Ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-124

JACOBSEN, Eivind; DULSRUD, Arne. Will consumers save the world? The framing of Political Consumerism. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 20, n. 5, p. 469–482, 2007.

LEFF, E. **La Interdisciplina como Estrategia Científica para el ecodesarrollo**. Primer Simpósio sobre ecodesarrollo. Organizado por la asociación mexicana de epistemología. México: 1976.

MATTAR, Helio (org.). **Diálogos Akatu: as novas relações de consumo no século XXI**. São Paulo: Instituto Akatu, 2003.

McCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MILES, Steven. **Consumerism as a Way of Life**. London: SAGE Publications Inc, 1998.

MYERS, Norman. **Consumption in relation to population, environment and development**. The Environmentalist, 17, p. 33-44, 1997.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta – Sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RIBEMBOIM, Jacques (org.). **Mudando os padrões de produção e consumo: textos para o século XXI**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o Século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Noel, 1993.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 25, p. 29-63, 1995.

SAGOFF, Mark. Do We Consume Too Much? The Atlantic Monthly, 279 (June 1997), pp. 80-96. In: KEGLEY, Charles W.; WITTKOPF, Eugene R. **The Global Agenda: Issues and Perspectives**. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 2001.

SCHULTZ, S. M.; MORAES, C. M. DE; BACH, C. C. **Estratégias para a Inserção da Temática Ambiental na Formação do Planejador Urbano**. Anais do XXX COBEMGE, Congresso Brasileiro para o Ensino da Engenharia. Campinas: São Paulo, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Vaticano divulga lista de novos pecados capitais, 2008. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL344282-5602,00.html>>. Acesso em 25 de abril de 2008.

VIEIRA, P. H. F. & HOGAN, D.J. A Problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 103-134

VIEIRA, P. H. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço do roteiro metodológico participativo. In: **Desenvolvimento Territorial Sustentável, conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. **Revista Euforia**, Florianópolis: UFSC, ano 4, vol. 4, 2006. p. 249-309

E

WAAL, Frans de. **Eu, primata: porque somos como somos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WHITE, Thomas I. **Business Ethics: A Philosophical Reader**. New York/ Toronto:
MacMillan Publishing Co./ Maxwell MacMillan Canada, 1993.